



ANÁLISE DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL EM PONTA GROSSA

Ataide de Assis Vieira dos Santos¹, Juliana Cristina Soares²

¹Acadêmico do Curso de Direito, Campus Ponta Grossa-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. ataideavs@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Campus Ponta Grossa-PR, Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE. julianacsoares1612@gmail.com

RESUMO

Este estudo examina a Parceria Público-Privada (PPP) como uma solução estratégica para os desafios da saúde e bem-estar animal em Ponta Grossa. A análise parte do diagnóstico da situação atual da população de animais de rua na cidade e dos impactos negativos que ela gera, incluindo riscos à saúde pública, ao trânsito e ao meio ambiente. Propõe-se um modelo de PPP focado na criação de um centro de acolhimento e tratamento animal. Este centro oferecerá serviços essenciais como castração, vacinação, atendimento veterinário e programas de adoção responsável. A pesquisa também destaca a importância do envolvimento comunitário, ressaltando o papel fundamental de ONGs, universidades, empresas e voluntários na operação e sucesso da iniciativa. A adoção de uma PPP, além de otimizar os recursos públicos, é vista como uma forma de garantir a eficiência e a sustentabilidade do projeto. Espera-se que essa abordagem resulte em benefícios significativos, como a redução do abandono e de maus-tratos, a diminuição de acidentes e a melhoria geral da qualidade de vida animal e humana em Ponta Grossa.

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalização; Gestão Ambiental; Proteção Animal.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população de animais em situação de rua em Ponta Grossa representa um desafio significativo para a saúde pública, o bem-estar animal e a segurança da população.

Essa realidade se traduz na sobrecarga de órgãos públicos e de organizações não governamentais (ONGs), como a SOS bichos e Associação Pontagrossense de Proteção Animal (APAPG). Esses grupos lidam diariamente com acidentes de trânsito envolvendo animais, a proliferação de zoonoses ¹e frequentes casos de maus-tratos e abandono. A ausência de uma infraestrutura adequada e de políticas sustentáveis para o acolhimento, tratamento e controle populacional agrava o problema, impactando diretamente a qualidade de vida tanto dos animais quanto da população.

Apesar de a cidade já contar com o centro de referência para animais em risco (CRAR) da Prefeitura e com o engajamento de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Ponta Grossa, que recentemente instituiu o Observatório de Bem-Estar Animal (OBEA) para monitorar e propor ações, ainda existem lacunas significativas.

As iniciativas atuais, embora importantes, não são suficientes para suprir a crescente demanda por acolhimento e tratamento em larga escala. Nesse contexto, modelos de gestão compartilhada entre o setor público e a iniciativa privada, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), têm se mostrado alternativas eficientes para a execução de projetos de interesse coletivo, com a divisão de responsabilidades, custos e benefícios.

Este trabalho tem como objetivo propor a criação de um Centro de Acolhimento e Tratamento de Animais de Rua em Ponta Grossa, baseado no modelo de PPP. A proposta

¹ Uma **zoonose** é qualquer doença infecciosa que pode ser transmitida naturalmente entre animais e humanos. A transmissão pode ocorrer por contato direto (mordidas, arranhões), indireto (por meio de objetos contaminados), por vetores (como mosquitos e carrapatos) ou pelo consumo de alimentos e água contaminados.



visa preencher a lacuna de um centro que funcione de forma contínua e autossustentável, aproveitando o apoio de voluntários, estudantes de medicina veterinária e da sociedade civil.

O projeto busca, assim, reduzir acidentes, doenças e maus-tratos, além de fomentar a adoção responsável e a educação em guarda responsável, contribuindo para o bem-estar animal e para a melhoria da qualidade de vida da população pontagrossense.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, adotando-se o método dedutivo como abordagem principal. A escolha do método dedutivo justifica-se pela intenção de partir de princípios gerais sobre Parcerias Público-Privadas, políticas públicas de saúde e proteção animal, buscando a análise de experiências concretas e a proposição de um modelo aplicável ao contexto específico de Ponta Grossa.

As técnicas de investigação compreenderão pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, artigos acadêmicos, legislação, doutrina e documentos técnicos relacionados a PPPs, direito administrativo, gestão pública e proteção animal; análise documental, incluindo relatórios oficiais da Prefeitura de Ponta Grossa, dados do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR), registros de ONGs locais e normativas municipais e estaduais pertinentes; e estudo de casos concretos, considerando experiências nacionais e internacionais de parcerias público-privadas em saúde e bem-estar animal, com atenção à estrutura organizacional, financiamento, operação e resultados obtidos.

Essas estratégias metodológicas visam garantir confiabilidade, rigor técnico-científico e profundidade analítica, permitindo avaliar de forma consistente a viabilidade e os impactos de uma PPP como instrumento de acesso à saúde e bem-estar animal, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis e efetivas em Ponta Grossa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A CRISE EM PONTA GROSSA E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O crescimento exponencial de animais abandonados em Ponta Grossa representa um desafio significativo para a saúde pública, o bem-estar animal e a segurança da população. Essa realidade se traduz na sobrecarga de órgãos públicos e de organizações não governamentais (ONGs), que lidam diariamente com acidentes de trânsito, a proliferação de zoonoses e frequentes casos de maus-tratos e abandono. A ausência de uma infraestrutura adequada e de políticas sustentáveis para o acolhimento, tratamento e controle populacional agrava o problema, impactando diretamente a qualidade de vida tanto dos animais quanto dos cidadãos.

Essa urgência foi tragicamente ilustrada por um evento de grande repercussão em 2025, quando um funcionário de uma empresa de coleta de lixo, após atropelar um cão, jogou o animal ainda vivo na prensa do caminhão. A repercussão do incidente foi imediata, gerando comoção nas mídias sociais e mobilização da comunidade em protestos. Esse clamor social demonstra a crescente intolerância da sociedade a atos de crueldade, mas expõe um dilema complexo. Enquanto o funcionário enfrenta a realidade de um salário mínimo e a possível falta de treinamento adequado para lidar com emergências, a



população se depara com a ausência de mecanismos públicos eficientes para socorrer animais em risco.

Essa lacuna evidencia a necessidade de um debate que vá além da punição individual e aborde as falhas sistêmicas que contribuem para esses cenários. As iniciativas atuais, como o engajamento de ONGs e órgãos como o Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR), não são suficientes para suprir a demanda por acolhimento e tratamento em larga escala. Nesse contexto, modelos de gestão compartilhada entre o setor público e a iniciativa privada, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), têm se mostrado alternativas eficientes para a execução de projetos de interesse coletivo, com a divisão de responsabilidades, custos e benefícios.

Este trabalho tem como objetivo propor a criação de um Centro de Acolhimento e Tratamento de Animais de Rua em Ponta Grossa, baseado em um modelo de PPP. A proposta visa preencher a lacuna de um centro que funcione de forma contínua e autossustentável, aproveitando o apoio de voluntários, estudantes de medicina veterinária e da sociedade civil. O projeto busca, assim, reduzir acidentes, doenças e maus-tratos, além de fomentar a adoção responsável e a educação em guarda responsável, contribuindo para o bem-estar animal e para a melhoria da qualidade de vida da população pontagrossense.

3.2 O MODELO CHILENO DE POSSE RESPONSÁVEL COMO REFERÊNCIA LEGISLATIVA

A crise em Ponta Grossa e a reação popular apontam para a necessidade urgente de um modelo de gestão que vá além da resposta reativa e se torne preventivo. A experiência do Chile, após um evento trágico semelhante, oferece um caminho promissor. Por meio da mobilização social, a sociedade chilena conseguiu catalisar a criação da Lei 21.020, conhecida como "Lei Cholito". Essa legislação estabelece o princípio da posse responsável, definindo-a como "o conjunto de obrigações que o dono ou detentor de um animal de estimação ou animal de companhia adquire para com ele" (CHILE, 2017, Art. 2º). A norma chilena, portanto, não foca apenas na punição, mas na responsabilidade legal do tutor sobre a vida e o bem-estar do animal.

A experiência chilena serve como um farol de como as parcerias público-privadas (PPPs) podem ser um instrumento eficaz para resolver essa crise. A lei incentiva essa colaboração de forma direta, permitindo que os municípios celebrem convênios com "pessoas jurídicas privadas sem fins lucrativos, para a esterilização de animais de estimação ou de companhia..." (CHILE, 2017, Art. 8º). Essa abordagem descentralizada permite que o poder público crie e financie políticas como o Registro Nacional de Animais, mas delegue a execução de programas de grande escala, como a castração em massa e a microchipagem, a clínicas veterinárias privadas e a organizações não governamentais (ONGs). Dessa forma, a colaboração entre os setores público e privado utiliza a agilidade e a expertise de parceiros para atuar de forma sistêmica e preventiva.

3.3 O HOSPITAL VETERINÁRIO DE CURITIBA

Se a legislação chilena oferece um arcabouço teórico para as PPPs, a cidade de Curitiba, no Paraná, demonstra sua aplicação prática e bem-sucedida. O Hospital Veterinário Municipal de Curitiba, gerido por meio de concessão à iniciativa privada, foca estrategicamente em atendimentos de média e alta complexidade, direcionando recursos para as necessidades mais urgentes. A política pública se mostra socialmente justa ao



utilizar o Cadastro Único (CadÚnico) como filtro, garantindo que o serviço seja acessível à população de baixa renda.

Essa eficiência é comprovada por seu desempenho. Inicialmente planejado para 50 atendimentos diários, o hospital superou as expectativas ao alcançar uma média de 100 consultas por dia ¹, poucos meses após sua inauguração. Esse sucesso demonstra que é possível criar uma política pública eficaz sem sobrecarregar o poder público, garantindo a qualidade e a especialização do atendimento. A abordagem de Curitiba complementa os serviços já oferecidos pelo setor privado e é uma demonstração prática de como a PPP pode ser a chave para resolver a crise de bem-estar animal em Ponta Grossa, transformando a indignação popular em um serviço estruturado, eficiente e acessível.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM GUARDA RESPONSÁVEL

A educação sobre a guarda responsável é fundamental para transformar a relação entre a população e os animais em Ponta Grossa. A criação da Semana do Animal Comunitário, instituída pela Lei Municipal nº 15.503/2025, que deve ocorrer anualmente entre 19 e 25 de fevereiro, representa um marco nesse processo. Durante esse período, são promovidas campanhas educativas em escolas e espaços públicos, com o apoio de ONGs, protetores e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais.

Logo, essa legislação molda um marco normativo claro, incentivando a responsabilidade coletiva e ampliando a compreensão dos direitos e deveres dos tutores e da comunidade. Já do ponto de vista da Medicina Veterinária, reconhece-se o poder da sensibilização precoce: ações educativas nas escolas ajudam a internalizar conceitos como vacinação, castração e identificação, que são cruciais para prevenir o abandono e os maus-tratos.

Além disso, a legislação municipal reforça a importância do cuidado comunitário como uma responsabilidade compartilhada ao permitir que qualquer cidadão ofereça água e alimento aos animais de rua, desde que mantenha o local limpo, e ao classificar como maus-tratos qualquer ato que impeça esse cuidado.

Para operacionalizar essa abordagem, o projeto propõe: plano curricular ampliado em escolas públicas, com palestras e projetos práticos; ações em mídias sociais, em parceria com universidades e ONGs locais; e capacitação de professores e agentes comunitários para replicar o conteúdo no dia a dia escolar. Essa abordagem educativa une teorias jurídicas e práticas clínicas, formando uma base sólida para a guarda responsável e a transformação cultural necessária para a cidade.

3.5 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA

Em Ponta Grossa, as universidades, como a UNICESUMAR e o CESCAGE, têm um papel crucial no bem-estar animal, transformando o conhecimento acadêmico em ações práticas e impactantes. Através de seus projetos de extensão, os cursos de Medicina Veterinária podem se tornar parceiros fundamentais na operação de um Centro de Acolhimento e Tratamento Animal.

O envolvimento dos estudantes de Medicina Veterinária é vital. Eles podem atuar diretamente nas atividades do centro, participando de mutirões de castração, campanhas de vacinação e atendimentos clínicos. Essa experiência prática não só enriquece a formação profissional dos alunos, mas também oferece um suporte técnico de alta qualidade e com baixo custo para o projeto.



Além disso, essa colaboração pode incluir o uso de clínicas móveis, levando os serviços de saúde animal diretamente às comunidades.

Outro ponto importante é a participação em estudos e pesquisas. Os projetos de extensão podem avaliar a efetividade de políticas públicas, como a Lei do Cio (nº 15.478/2025), monitorando indicadores como o número de castrações e a redução da população de animais de rua. Os dados obtidos nessas pesquisas são essenciais para fundamentar decisões, otimizar estratégias e garantir que as ações sejam realmente eficazes.

Por fim, o engajamento universitário também é uma forma de mobilizar a comunidade. Estudantes de diversas áreas, incluindo o Direito, podem atuar como voluntários, auxiliando em campanhas de educação sobre guarda responsável, suporte jurídico e na organização de eventos de adoção. Essa rede de apoio fortalece o projeto e cria uma cultura de cuidado e responsabilidade com os animais na cidade.

3.6 A VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA PPP PARA BEM-ESTAR ANIMAL

A Parceria Público-Privada (PPP) para o bem-estar animal representa uma abordagem estratégica e financeiramente viável para resolver um problema urbano crescente. Diante da sobrecarga de abrigos municipais e da necessidade de políticas de controle populacional e saúde pública, as prefeituras encontram na PPP um modelo que supera as limitações de orçamento e pessoal. Nesse formato, a expertise e o capital do setor privado são mobilizados para construir e gerir infraestruturas como centros de castração, hospitais veterinários e abrigos modernos.

A viabilidade econômica da PPP reside na sua capacidade de gerar um ciclo de eficiência. O parceiro privado, ao assumir os investimentos iniciais, busca a otimização de processos e a inovação tecnológica para maximizar a qualidade dos serviços e garantir sua remuneração, que geralmente é atrelada a indicadores de desempenho. Isso promove uma gestão mais ágil e profissional, beneficiando diretamente os animais e a população.

Além da remuneração pública, a parceria se torna ainda mais robusta com a adoção de incentivos fiscais. Um exemplo notável é o desconto no IPTU para adoção responsável, uma política já em vigor na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, através da Lei nº 12.275. Essa iniciativa, em vez de ser apenas uma proposta, é um exemplo prático de como o engajamento comunitário pode gerar economia para o poder público. Cada adoção responsável reduz a pressão sobre o sistema de abrigos, diminuindo custos com alimentação, cuidados veterinários e manutenção. A economia gerada pode ser reinvestida para expandir os serviços da PPP, tornando o modelo ainda mais autossustentável e eficaz.

A transparência na gestão e a mensuração de resultados são fundamentais para o sucesso. Ao combinar a agilidade da iniciativa privada com a fiscalização do poder público e o engajamento da sociedade civil, a PPP se estabelece como uma solução completa. Ela não só resolve a questão do bem-estar animal de forma inovadora, mas também se apresenta como um modelo financeiramente sólido e capaz de gerar benefícios duradouros para toda a comunidade.

3.7 A PARTICIPAÇÃO DAS ONGS E DA POPULAÇÃO

A proteção e o bem-estar animal em Ponta Grossa dependem, em grande parte, do trabalho incansável da sociedade civil. Onde o poder público encontra limitações, organizações não governamentais (ONGs) e a população em geral atuam para resgatar,



cuidar e defender os animais da cidade. Esse esforço conjunto é essencial para garantir uma vida digna a cães, gatos e outros bichos abandonados ou em situação de risco.

Diversas ONGs de Ponta Grossa se dedicam de corpo e alma a essa causa. A Associação Protetora dos Animais de Ponta Grossa (APAPG) e a SOS Bichos, por exemplo, são algumas das mais conhecidas. Elas atuam no resgate, tratamento e busca por lares responsáveis. Por meio de doações e voluntários, elas conseguem dar uma segunda chance a inúmeros animais. A Casa Los Lobos e Los Gatos, que se tornou uma associação em 2023, também tem um papel crucial, focando no acolhimento de cães e gatos idosos ou em reabilitação. O Grupo Fauna de Proteção aos Animais também realiza um trabalho importante, mesmo sem uma sede própria, e tem a castração como um de seus principais objetivos. Além delas, outros grupos e protetores independentes trabalham nos bastidores, prestando socorro, alimentando animais de rua e divulgando casos de abandono.

Até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Ponta Grossa tem se envolvido. Por meio de sua Comissão de Defesa e Proteção Animal, a OAB-PG oferece suporte jurídico e trabalha para garantir o cumprimento das leis de proteção animal, combatendo maus-tratos e promovendo a conscientização sobre os direitos dos bichos. Esse tipo de iniciativa demonstra que a proteção animal é uma causa que mobiliza diferentes setores da sociedade.

Apesar de todo esse esforço, a necessidade de voluntários é uma constante. O trabalho é enorme e as ONGs estão sempre sobrecarregadas. As tarefas variam desde o cuidado direto com os animais – como alimentação e limpeza – até a organização de eventos, divulgação nas redes sociais e transporte para clínicas veterinárias. Se você ama os animais, ser voluntário é uma das formas mais diretas e impactantes de ajudar. A dedicação da população, seja por meio de doações, apadrinhamento ou do próprio tempo, é o que mantém esses projetos funcionando e salvando vidas diariamente em Ponta Grossa.

3.8 IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ausência de políticas públicas eficazes em Ponta Grossa se manifesta em diversas frentes, e uma das mais simbólicas é a história de um projeto que prometia um avanço significativo: a construção de um hospital veterinário público. A ideia era oferecer atendimento de qualidade para animais de famílias de baixa renda e, principalmente, para os inúmeros bichos de rua.

A proposta de criar o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), que contaria com um hospital veterinário para animais nativos e silvestres, gerou grande expectativa. Em 2015, a Prefeitura chegou a doar um terreno no Distrito Industrial para a construção, com a previsão de um investimento de R\$ 1,2 milhão e a conclusão das obras em 24 meses. O projeto contava com parcerias importantes, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a Polícia Ambiental e empresas privadas.

No entanto, mesmo com o terreno doado e as aprovações necessárias, a iniciativa não se concretizou. O hospital não foi construído, e a demanda por um atendimento veterinário acessível e especializado continua sem resposta. O abandono desse projeto é um reflexo direto da ausência de políticas públicas prioritárias para a causa animal.

A falta de um hospital veterinário público sobrecarrega ainda mais as ONGs e protetores independentes, que se veem obrigados a arcar com os altos custos de clínicas



particulares para tratar os animais que resgatam. As famílias de baixa renda, por sua vez, muitas vezes não têm condições de custear o tratamento de seus pets, o que pode levar a um aumento de doenças e do próprio abandono.

A história do hospital veterinário não construído em Ponta Grossa ilustra como a lacuna do poder público é preenchida, ainda que de forma insuficiente, pela sociedade civil. A OAB, por exemplo, através da sua Comissão de Defesa e Proteção Animal, tem atuado na cobrança por políticas públicas e na fiscalização de casos de maus-tratos, mostrando que a luta por um tratamento digno aos animais é uma causa contínua e que precisa do engajamento de todos os setores.

3.9 PROPOSTAS DE ESTRUTURA PARA O CENTRO DE ACOLHIMENTO

As propostas de estrutura para um centro de acolhimento animal são baseadas no princípio fundamental de garantir o bem-estar, a saúde e a reabilitação de cada animal, com o objetivo final de encontrar um lar definitivo para eles. A implementação de uma estrutura bem planejada não apenas otimiza o cuidado, mas também protege a equipe e os recursos do centro. Para atingir esses objetivos, é essencial estabelecer áreas específicas, procedimentos rigorosos e padrões de espaço que atendam às necessidades de cada espécie.

Para começar, o canil deve ser projetado para cães, com cada baia individual possuindo no mínimo 2 metros quadrados para o animal, e uma área de exercícios externa de, pelo menos, 5 metros quadrados. Essa separação clara entre as áreas de descanso e de atividade é crucial. O piso deve ser fácil de limpar, e as paredes devem ser sólidas para evitar o contato visual entre os cães, minimizando o estresse e a agressividade.

A ventilação adequada é indispensável para manter a qualidade do ar e reduzir odores. Já para os gatos, o gatil deve ser um ambiente verticalizado e tranquilo. Cada baia precisa de, no mínimo, 2 metros quadrados por gato, com prateleiras e plataformas para que eles possam escalar e observar. O ambiente deve ser equipado com arranhadores, brinquedos e esconderijos, pois essas são necessidades comportamentais essenciais para felinos. É fundamental que o gatil esteja isolado do barulho do canil.

Além dessas áreas específicas, a estrutura mínima do centro precisa incluir uma enfermaria completamente separada para animais doentes ou em recuperação, um consultório veterinário bem equipado para exames e procedimentos, uma área de banho e tosa para a higiene dos animais, uma cozinha para o preparo seguro dos alimentos e um depósito para armazenar suprimentos.

O procedimento de triagem e separação é a espinha dorsal de um centro de acolhimento eficaz. Ao chegar, todo animal deve ser imediatamente identificado e passar por um exame veterinário inicial para avaliar seu estado de saúde e identificar sinais de doenças contagiosas. Em seguida, o animal é levado para uma área de isolamento, onde permanecerá por um período de 10 a 15 dias. Esse período é crucial para observar o desenvolvimento de doenças e realizar a vacinação, vermifugação e castração. Somente após a confirmação de que o animal está saudável, ele pode ser transferido para as baias principais, onde a separação por porte, temperamento e espécie é rigorosamente seguida para garantir a segurança e o bem-estar de todos. Essa abordagem estruturada e detalhada é a chave para a eficiência e o sucesso de um centro de acolhimento animal.

Com a implementação de uma estrutura física completa e de procedimentos operacionais rigorosos no centro de acolhimento, o próximo passo essencial é otimizar o processo de adoção. Isso pode ser alcançado com a criação de um Cadastro Único para Adoção e o desenvolvimento de um aplicativo municipal que conecte os animais aos futuros



adotantes de maneira eficiente e segura. O Cadastro Único seria um sistema centralizado, mantido pelo município, que unifica informações de todos os animais disponíveis para adoção, tanto do centro de acolhimento quanto de ONGs e protetores independentes parceiros. Esse cadastro teria um perfil detalhado do animal com foto, informações sobre idade, porte, espécie, histórico de saúde e temperamento, além de um acesso público simplificado para que os candidatos pesquisem animais online. O sistema também registraria o histórico de adoções, garantindo a rastreabilidade e a transparência do processo.

O aplicativo municipal, por sua vez, atuaria como a principal ferramenta de interação entre o centro e a comunidade. Ele simplificaria o processo de adoção, tornando-o mais acessível e transparente. Algumas de suas funcionalidades seriam: uma interface intuitiva para busca de animais, a possibilidade de agendamento de visitas diretamente pelo app, um formulário de pré-adoção para avaliação inicial do adotante, um acompanhamento pós-adoção para envio de lembretes e suporte no primeiro mês, e conteúdo educativo sobre cuidados com a espécie. Ao integrar um Cadastro Único e um aplicativo municipal ao funcionamento do centro de acolhimento, a eficiência do processo de adoção aumenta significativamente, resultando em um maior número de animais encontrados e uma redução do tempo de permanência no abrigo. Isso não só beneficia os animais, que encontram um lar mais rapidamente, mas também a comunidade, que se torna mais engajada e informada sobre a causa animal.

3.10 INDICADORES DE IMPACTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A avaliação de resultados focará nas metas imediatas do projeto, medindo sua eficiência e alcance. Os indicadores-chave incluem o número de animais resgatados, tratados, castrados e vacinados pelo novo centro. A eficácia do processo de adoção também será crucial, monitorada pelo número de animais que encontram um lar e pelo tempo médio de permanência no abrigo. A colaboração com universidades e o engajamento da sociedade civil podem ser medidos pelo número de estudantes e voluntários participantes, demonstrando a força da PPP.

Já os indicadores de impacto medirão as transformações de longo prazo na cidade. O objetivo final do projeto é uma mudança sistêmica, e o sucesso será determinado pela redução da população de animais de rua e pela diminuição de doenças e acidentes de trânsito relacionados a eles.

A queda no número de denúncias de maus-tratos e o aumento da guarda responsável, refletindo uma mudança cultural na sociedade, seriam os indicadores mais relevantes. A viabilidade econômica do modelo, com a economia gerada para o poder público, também é um indicador de impacto, mostrando que a PPP é uma solução sustentável.

Para operacionalizar essa avaliação, o projeto já propõe ferramentas essenciais. O Cadastro Único para Adoção e o aplicativo municipal seriam ideais para coletar dados sobre adoções e atendimentos. A parceria com as universidades permitiria a realização de pesquisas para monitorar a população animal e a percepção da comunidade, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões.

Em suma, a aplicação de um sistema de indicadores de resultados e impacto permitirá que o projeto não apenas demonstre o valor de suas ações imediatas, mas também prove sua capacidade de gerar uma transformação duradoura e positiva para o bem-estar animal em Ponta Grossa, indo além da resposta reativa e construindo uma solução proativa e sustentável.



4 CONCLUSÃO

A presente análise demonstrou que a crise dos animais em situação de rua em Ponta Grossa não é um problema isolado, mas uma questão multifacetada que exige uma solução sistêmica e integrada. As iniciativas isoladas, por mais nobres que sejam, como as da SOS Bichos, APAPG e do próprio CRAR, são insuficientes para conter o avanço exponencial de um problema que impacta a saúde pública, o bem-estar animal e a segurança cidadã. A lacuna deixada pela ausência de políticas públicas estruturadas, simbolizada pelo abandono do projeto de um hospital veterinário público, exige uma nova abordagem que transcenda as limitações orçamentárias e de gestão do setor público.

Nesse contexto, a Parceria Público-Privada (PPP) emerge como a alternativa mais viável e promissora. Mais do que um mero modelo de financiamento, a PPP se configura como uma filosofia de gestão compartilhada, uma arquitetura de colaboração que une a agilidade e a expertise da iniciativa privada à fiscalização e ao interesse público. O sucesso de modelos análogos, como a Lei Cholito no Chile e o Hospital Veterinário Municipal de Curitiba, oferece um arcabouço sólido e comprovado de que essa abordagem funciona. O modelo chileno reforça a importância da posse responsável como alicerce legal, enquanto a experiência curitibana valida a eficiência operacional de uma gestão privada que se foca em atendimentos de média e alta complexidade, utilizando o CadÚnico para garantir a justiça social e a acessibilidade.

A proposta de um Centro de Acolhimento e Tratamento de Animais de Rua em Ponta Grossa, baseado em uma PPP, é, portanto, a síntese de uma solução que integra o melhor de todos os mundos. A infraestrutura detalhada, com canis e gatis projetados para o bem-estar animal, protocolos de triagem e isolamento, e a tecnologia de ponta, como o Cadastro Único para Adoção e um aplicativo municipal, garantem a eficiência operacional e a otimização dos recursos. Paralelamente, o modelo se autossustenta ao capitalizar sobre o engajamento da sociedade civil, ONGs, protetores independentes e voluntários. Ao incentivar a participação das universidades locais (UNICESUMAR, CESCAGE), que injetam conhecimento técnico e mão de obra qualificada através de seus estudantes e projetos de extensão. Essa sinergia de forças é o motor de uma solução robusta.

A viabilidade econômica do projeto não se limita aos investimentos iniciais da PPP, mas se fortalece com a utilização de políticas públicas já existentes e eficientes na cidade, como o desconto no IPTU para adotantes responsáveis. Essa iniciativa demonstra que a solução não apenas resolve um problema, mas também gera economia para o poder público, criando um ciclo virtuoso em que cada adoção diminui a pressão sobre o sistema de abrigos. Além disso, a proposta se dedica à causa em sua raiz, através da educação para a guarda responsável. A inserção deste tema nas escolas e na mídia, transformando a indignação popular em uma cultura de cuidado e respeito, é uma estratégia de longo prazo que garantirá resultados duradouros.

Finalmente, a adoção de indicadores de impacto e avaliação de resultados é o que distingue esta proposta como uma política pública séria e de longo prazo. A medição da redução da população de rua, da queda nos casos de maus-tratos e da diminuição de acidentes, juntamente com a mensuração do sucesso das adoções, permitirá um monitoramento contínuo e aprimoramento constante. A PPP para o bem-estar animal em Ponta Grossa não é apenas uma resposta a uma tragédia, mas a construção de um futuro mais justo, compassivo e sustentável, onde a dignidade animal e a qualidade de vida humana caminham lado a lado, em uma parceria de responsabilidade compartilhada e de benefícios coletivos.



REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ (CRMV-PR). Guia de boas práticas de manejo e bem-estar para canis e abrigos de cães. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.crmv-pr.org.br/uploads/publicacao/arquivos/Guia-Canil-e-Abrigo.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

CHILE ATIENDE. Ley de tenencia responsable de mascotas y animales de compañía. Chile Atiende, [s. d.]. Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/51436-ley-de-tenencia-responsable-de-mascotas-y-animales-de-c>. Acesso em: 09 ago. 2025.

CHILE. Ley N° 21.020, sobre Tenencia Responsable de Mascotas y Animales de Compañía. Santiago: Biblioteca del Congreso Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1106037>. Acesso em: 09 ago. 2025.

CURITIBA. Hospital Veterinário Municipal de Curitiba completa 5 meses com média de 100 consultas por dia. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/hospital-veterinario-municipal-de-curitiba-completa-5-meses-com-media-de-100-consultas-por-dia/78020>. Acesso em: 09 ago. 2025.

G1. Cadela atropelada por caminhão de lixo e tem corpo jogado em compactador no Paraná. G1 Campos Gerais e Sul, Ponta Grossa, 10 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2025/05/10/cadela-atropelada-por-caminhao-de-lixo-e-tem-corpo-jogado-em-compactador-no-parana.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Ponta Grossa construirá hospital veterinário. Unidades de Conservação no Brasil (Nuestros Parques), 2025. Disponível em: <https://nossosparques.org/br/es/noticia/156558>. Acesso em: 09 ago. 2025.

Lei Ordinária nº 12.275, de 2015. Institui o Programa Municipal de Adoção Responsável de Pequenos Animais. Leis Municipais da Prefeitura de Ponta Grossa – PR, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2015/1228/12275/lei-ordinaria-n-12275-2015-institui-o-programa-municipal-de-adoacao-responsavel-de-pequenos-animais/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

Lei Ordinária nº 15.478, de 2025. Torna urgente a castração de animais no cio e dá outras providências. Leis Municipais da Prefeitura de Ponta Grossa – PR, 2025. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2025/1548/15478/lei-ordinaria-n-15478-2025-torna-urgente-a-castracao-de-animais-no-cio-e-da-outras-providencias/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Subseção de Ponta Grossa. OAB Ponta Grossa institui Observatório de Bem-Estar Animal para proteção dos direitos dos animais. OBEA, Ponta Grossa, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://obea.org.br/2025/03/oab-ponta-grossa-institui-observatorio-de-bem-estar-animal-para-protecao-dos-direitos-dos-animais/>. Acesso em: 09 ago. 2025.



PAIVA, Ana Beatriz de. Iniciativas combatem maus-tratos aos animais em Ponta Grossa. Periódico (UEPG), [s.l.], 11 nov. 2024. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/3661-iniciativas-combatem-mau-s-tratos-aos-animais-em-ponta-grossa>. Acesso em: 09 ago. 2025

PERIÓDICO (UEPG). Casos de maus tratos contra animais se agravam mais de 16% em Ponta Grossa. Periódico, [s.l.], 21 maio 2025. Disponível em: <https://www2.uepg.br/periodico/casos-de-maus-tratos-contra-animais-se-agravam-mais-de-16-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 09 ago. 2025.